

INCLUSÃO SOCIAL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR - NOVOS TEMPOS

Autores

Rosemeire Dos Santos Alesina

Orientador

Valdemar Sguissardi

1. Introdução

Este artigo traz à discussão a democratização do acesso à educação superior no Brasil.

Trata-se de um assunto de extrema relevância, pois o Brasil tem apresentado um panorama complexo de uma grande desigualdade social e tal situação tem levado o atual governo a tomar medidas que visam ampliar o acesso ao ensino superior para aqueles que não têm oportunidade. Tais medidas incluem a aprovação de um programa, denominado Universidade para Todos , que tem por objetivo conceder bolsas de estudo integrais e parciais de 50% para estudantes de graduação, em instituições privadas de ensino superior. Estas instituições destinam 10% de suas vagas a bolsistas selecionados pelo MEC, e para isso tem direito a isenções fiscais.

A democratização do acesso ao ensino superior contribuiria para a construção de uma universidade voltada cada vez mais para o desenvolvimento econômico, social e humano da nação brasileira?

2. Objetivos

Este artigo tem como objetivo discutir um dos pontos da reforma universitária que é a democratização do acesso à educação superior no Brasil.

Diante do panorama de uma grande desigualdade social, o atual governo tem tomado medidas que visam uma melhoria das condições de vida da classe de baixa renda, classe esta que não tem tido acesso ao ensino superior por falta de oportunidade. O Estado é a única possibilidade que o povo mais pobre tem para serem defendidos os seus direitos.

Neste estudo abordaremos o programa PROUNI, denominado Universidade para Todos , que tem por objetivo conceder bolsas de estudo integrais e parciais de 50% para estudantes de graduação, em instituições privadas de ensino superior. Estas instituições destinam 10% de suas vagas a bolsistas

selecionados pelo MEC, e para isso tem direito a isenções fiscais.

3. Desenvolvimento

Para o alcance dos objetivos do estudo utilizaremos como metodologia a pesquisa bibliográfica, baseando-se em estudos de autores como Dilvo Ristoff, Boaventura de Souza Santos e Valdemar Sguissardi, entre outros.

4. Resultados

O Brasil vive hoje um momento em que a desigualdade social tem crescido de forma acentuada, e com isto encontramos um panorama complexo no qual cada vez mais as pessoas lutam contra as mais imprevisíveis circunstâncias, deparando-se com situações adversas, que dificultam os caminhos para conseguir uma posição de vida mais digna.

Com o considerável crescimento da classe de baixa renda, entre os países da América Latina, o Brasil é um dos países que tem o grau de desigualdade entre os mais elevados. No entanto, parece-nos possível, através de ações do governo, haver uma melhoria das condições de vida desta classe marginalizada. Estas pessoas somente poderão sonhar com uma vida melhor na medida em que a própria sociedade e os órgãos governamentais assumirem esta questão como alvo definido por um propósito, cujo alvo seja a inclusão dessas pessoas no processo produtivo da sociedade.

Um fator importante para tal oportunidade é o acesso ao conhecimento. Através do conhecimento esta classe marginalizada poderá ter a possibilidade da conquista de um desenvolvimento pessoal, profissional e social. O sistema atual traz perspectivas apenas aos mais favorecidos e à classe média, ao passo que a classe de menor poder aquisitivo não tem sido atendida. O Brasil não pode abandonar o compromisso de oferecer ensino gratuito em todos os níveis, incluindo o ensino superior.

O atual governo tem se empenhado em buscar soluções, pois acredita que a universidade é um organismo social que pode propiciar um futuro diferente para todos e contribuir para o progresso de nosso país. A educação tem um papel vital a cumprir no desenvolvimento do Brasil. Neste sentido, Sguissardi afirma:

A educação superior, sabe-se, é um desafio para todos os países, mas, assim como a fome, põe-se em grau e escala extremamente variáveis segundo o estágio e modo de desenvolvimento de cada nação. Em cada país, a educação superior foi e será chamada a exercer determinados papéis, de acordo com a própria história e avanços sócio-democráticos desses países e de seu sistema educacional (SGUISSARDI, 2000, p. 12).

Entendemos que uma das principais missões do MEC é a de construir uma nova universidade, que esteja em sintonia com as novas demandas sociais que exigem uma proposta mais justa, buscando assim diminuir a desigualdade social.

Por seu turno Santos, afirma:

A reforma tem por objetivo central responder positivamente às demandas sociais pela democratização radical da universidade, pondo fim a uma história de exclusão de grupos sociais e seus saberes de que a universidade tem sido protagonista ao longo do tempo e, portanto, desde muito antes do atual fazer de globalização capitalista (SANTOS, 2004, p. 55).

A Reforma da Educação pretende atender aos anseios da sociedade, buscando uma nova relação entre as universidades pública e privada, tornando o sistema apto a operar em função do interesse público, preocupando-se com a inclusão social, a redução das disparidades e uma maior acessibilidade à formação superior.

Ristoff (2002), neste sentido, argumenta que:

A grande luta hoje não me parece que deva ser pelo modelo único, mas pela efetiva democratização do acesso ao conhecimento e do acesso e da permanência na universidade pública e gratuita, garantindo a sua expansibilidade com qualidade. Educação de qualidade sem democratização da oportunidade equivale a defender oligarquias um elitismo totalmente inaceitável (RISTOFF, 2002, p. 27).

Atualmente, no Brasil apenas 10,4% dos jovens de idade média entre 18 e 24 anos conseguem uma vaga no ensino superior (MEC, 2006). O Plano Nacional de Educação estima que em 2010 esta porcentagem atinja 30%. Hoje o percentual é muito baixo comparado com o de outros países. Sobre este aspecto, Sguissardi (2000) afirma que:

... o nosso país está entre os de pior desempenho educacional no terceiro grau entre os países deste continente. É imperativo reafirmar sempre que isto reflete a realidade de um país cuja população em geral sobrevive em situação sócio-econômica das mais desiguais e injustas do planeta, e no qual, mercê dos modelos de desenvolvimento e décadas de políticas educacionais conservadoras adotados pelas elites dominantes, o saber e a educação foram via de regra entendidos muito mais como mercadoria de interesse privado ou dádivas para semicidadãos, do que como bens públicos universais coletivos da cidadania (SGUISSARDI, 2000, p. 13).

Um dos temas que vem sendo amplamente discutido é a questão do acesso à educação superior, onde o aluno de baixa renda não tem acesso ao ensino superior público: *A desigualdade de renda tem um impacto notório no acesso e na permanência da educação* (CASASSUS, 2002, p. 38).

Na abordagem deste tema por RISTOFF (2002, p. 28) ele pondera que: *A democratização brasileira é perversamente elitista: acena com a possibilidade de acesso irrestrito, mas permite a permanência efetiva no campus apenas aos que podem pagar.*

Nos últimos vinte anos, o número de estudantes que concluem o ensino médio cresceu cerca de 250% (MEC, 2006), porém o sonho destes estudantes de cursar a universidade pública tornou-se cada vez mais distante. As deficiências na qualificação do aluno quando está cursando o ensino fundamental, técnico ou médio do setor público o tem colocado numa disputa injusta para conseguir uma vaga na universidade pública, que hoje é freqüentada de forma preponderante por alunos oriundos do ensino privado e, em grande parte, provenientes de famílias com maior poder aquisitivo. Em função da trajetória das pessoas da classe de baixa renda, dificilmente teriam, ou terão, acesso às escolas públicas, restando procurar a escola privada, com enormes sacrifícios para custear nela seus estudos.

Há uma preocupação em relação ao acesso, mas o que tem sido amplamente discutido também é a questão da permanência na universidade, é necessário que os alunos carentes tenham acesso, mas também que seja garantida a sua permanência. Severino (2003, p. 124) enfatiza: *A democratização do acesso e da permanência nas IES tem sido aspiração de largas camadas da sociedade.*

Neste sentido, e enfatizando que uma política de acesso, se se considerar apenas o esforço para a entrada do aluno no sistema, poderá ser insuficiente, Santos (2004), alude ainda que:

Talvez seja mais correto designar a área do acesso como acesso/permanência ou mesmo acesso/permanência/sucesso, uma vez que o que está em causa é garantir, não só o acesso, mas também a permanência e o sucesso dos estudantes oriundos de classes ou grupos sociais discriminados (SANTOS, 2004, P. 68).

Possivelmente, as medidas que estão sendo tomadas tenham origem a partir do parecer emanado do Ministério da Fazenda quanto à falta de recursos para a ampliação de acesso de pessoas menos favorecidas no ensino superior, e para equacionar o problema, ou seja, ampliar o acesso sem maiores investimentos, foi elaborado pelo Ministério da Educação e Cultura o Programa Universidade para Todos (PROUNI), que já vigora como Lei nº 11.096 de 13/01/2005.

O PROUNI prevê a concessão de bolsas de estudos integrais a estudantes carentes. É um programa governamental que se propõe à ampliação do acesso à educação superior em instituições privadas.

A universidade brasileira precisa aumentar o número de vagas nos próximos dez anos, de uma forma que possa pelo menos dobrar o número de estudantes e o Estado não tem conseguido atender a toda a demanda de jovens que estão concluindo o ensino médio e pretendem entrar na universidade. As instituições privadas apresentam ociosidade de vagas, não preenchidas por impossibilidade da população em pagar suas mensalidades, sendo assim, a proposta do MEC é utilizar essas vagas para atender à população carente. Pelo programa PROUNI as instituições privadas estão destinando 10% de suas vagas

aos bolsistas selecionados pelo MEC, e para isso têm direito a isenções fiscais.

O PROUNI destina-se à concessão de bolsa de estudo integrais e parciais de 50% para estudantes de curso de graduação, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos. A bolsa integral é dada a quem tem renda familiar per capita não superior a 1,5 salário-mínimo e a parcial é voltada para pessoas cuja renda per capita não exceda três salários mínimos.

Segundo o portal do MEC (<http://www.prouni-inscricao.mec.gov.br/prouni>, de 27/08/2006), o PROUNI iniciou o ano de 2005 abrindo 112 mil vagas para os estudantes de baixa renda em 1.142 instituições de ensino superior e em 2006 foram abertas 138 mil vagas.

A proposta do MEC de que as universidades reservem um percentual de bolsas às pessoas carentes é condizente com os ideais de inclusão social que torna realidade o sonho de muitos. A possibilidade de acesso ao ensino superior tem por objetivo contribuir para a construção de uma universidade voltada cada vez mais para o desenvolvimento econômico, social e humano da nação brasileira, mas entendemos que isto só é possível se acompanhado de medidas complementares que garantam a permanência e a qualidade de ensino.

Nas universidades públicas o MEC está defendendo a adoção do sistema de cotas, com vistas à inclusão de autodeclarados negros, pardos ou índios, bem como para portadores de necessidades especiais e professores da rede pública do ensino básico. Esta medida, complementada pelo programa PROUNI nas universidades privadas, com ou sem fins lucrativos e as filantrópicas, certamente alavancará, e muito, o acesso de novos contingentes de alunos, hoje excluídos do sistema de ensino superior.

5. Considerações Finais

Concluindo estas reflexões, esperamos que o Governo, como destacou linhas atrás Santos, aprove medidas complementares que possam atender à preocupação deste autor, no sentido de que a política de inclusão integre o trinômio acesso/permanência/sucesso. Estas medidas certamente deverão levar em conta uma bolsa-sustento, como já tem ocorrido, segundo informações no portal do MEC: os alunos que cursam o ensino superior com bolsa do programa Universidade para Todos (PROUNI), em cursos de turno integral,

receberão uma Bolsa Permanência no valor de R\$ 300,00 para custear as despesas de transporte, alimentação e moradia. A medida faz parte do conjunto de programas do MEC para as Ações para Qualidade na Educação . Já é um grande avanço, mas o assunto não se deve dar por resolvido, outras ações ainda precisam ser tomadas para que mais alunos sejam alcançados.

Sem medidas desta ordem, a permanência e o sucesso do aluno incluído poderá não acontecer, ocasionando outro tipo de exclusão, pela falta de condições de acompanhar, minimamente, o ambiente social de uma classe estudantil e de se sentir igual nos resultados da aprendizagem, gerando sensação de vergonha e de insucesso, o que provocaria desistências em massa. Isto certamente causaria enorme retrocesso numa política de inclusão e democratização do ensino superior, retornando a uma situação bem mais agravada do que se nada tivesse sido acenado e dado início nessa direção, pois, criar expectativas nas pessoas e não dar continuidade ao processo significa plantar um forte descrédito e conseqüentemente conflitos maiores entre os menos favorecidos ou naturalmente discriminados.

Referências Bibliográficas

CASASSUS, Juan. **A escola e a desigualdade**. Brasília : Plano Editora, 2002.

DIAS SOBRINHO, J.; RISTOFF, D. I. (org.). **Avaliação Democrática**: para uma universidade cidadã. Florianópolis: Insular, 2002.

MEC. Programa Universidade para Todos. Disponível em: <<http://prouni-inscricao.mec.gov.br/prouni>>. Acesso em 27 de agosto de 2006.

PAULA, Maria de Fátima de (org.) **Debatendo a universidade: subsídios para a reforma universitária**. Florianópolis: Insular, 2004.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo : Cortez, 2004.

SEVERINO, Antonio J. e FAZENDA, Ivani C. **As políticas educacionais**: o ensino nacional em questão. Campinas, SP : Papirus, 2003.

SGUISSARDI, V. (org.). **Avaliação universitária em questão: reformas do estado e da educação superior**. Campinas: Autores Associados, 1997 (Coleção educação contemporânea).

SGUISSARDI, V. (org.). **Educação superior**: velhos e novos desafios. São Paulo:Xamã, 2000.